



[Trabalho 2623]

PÔSTER

VANUZA DA SILVA PEREIRA¹; NIRALDO JOSÉ PONCIANO²; MARLON GOMES NEY³; JAQUELINE
CAROLINO⁴; MÁRCIO JOSÉ MIRANDA DA SILVA FILHO⁵.

1,5.UFF, CAMPOS - RJ - BRASIL; 2,3.UENF, CAMPOS - RJ - BRASIL; 4.UFES, VITÓRIA - ES - BRASIL;

Transformações no meio rural fluminense: uma análise das características demográficas dos domicílios

Transformations in rural Rio: an analysis of the demographic characteristics of households

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

Resumo

O trabalho analisa as transformações ocorridas no meio rural do estado do Rio de Janeiro, em especial investiga a participação das atividades não agrícolas como ocupação dos residentes no meio rural fluminense, observando-se os domicílios. Os domicílios rurais foram classificados em: agrícolas, pluriativos (os que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas), não agrícolas e desocupados. Um dos objetivos foi mensurar o número desses domicílios e verificar o comportamento no período analisado, e por fim, comparar esses domicílios quanto às características demográficas e sociais. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, para o Estado do Rio de Janeiro. Os resultados mostram que os domicílios pluriativos apresentam o maior número médio de residentes no período analisado, e um avanço no número médio de anos de estudo. Uma característica desses domicílios é a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Rio de Janeiro; Agricultura; Atividades não agrícolas; Pluriatividade

Abstract

The paper analyzes the changes in the rural areas of the state of Rio de Janeiro in particular investigates the participation of non-agricultural activities as occupation of residents in rural areas of the state, observing households. Rural households were classified as agricultural, pluriactive (who combined the agricultural and non-agricultural), non-agricultural and vacant. One goal was to measure the number of these households and verify the behavior during the period analyzed, and finally, compare these households as social and demographic characteristics. The database used was the National Household Sample Survey - PNAD, for the State of Rio de Janeiro. The results show that households pluriactive have the highest average number of residents in the analyzed period, and an improvement in the average number of years of schooling. A feature of these homes is the combination of agricultural and non-agricultural activities.



Key words: Rural Development, Rio de Janeiro; Agriculture; non-agricultural activities; Pluriactivity

1. INTRODUÇÃO

Para compreender a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural fluminense faz-se necessário um breve histórico da situação atual da sua agricultura e estrutura fundiária.

O Estado do Rio de Janeiro foi afetado de modo intenso pelo processo de urbanização a partir dos anos 1940, resultando em uma concentração espacial e setorial da sua economia, se tornando um dos estados mais urbanizados do país. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000 mais de 96% da sua população residia em áreas urbanas, sendo que 76% estava concentrada na região metropolitana e apenas 3,3% residiam nas áreas rurais. Os dados desagregados na tabela 1 mostram ainda a diferenciação quanto ao crescimento nas diferentes regiões do Estado Fluminense. Observa-se que a região que mais cresce é a Baixada Litorânea, com uma taxa de 4,13% a.a. e a região com menor crescimento é o Noroeste Fluminense, com 0,96% a.a. Outra observação é a taxa de urbanização: a região mais urbanizada, como já mencionamos, é a Metropolitana (99,3%) e a menos urbanizada é o Noroeste Fluminense (79,2%).¹

Tabela 1 - Taxa de crescimento anual e grau de urbanização. Rio de Janeiro, 2000

Regiões	Cre scimento	Urba nização
Estado	1,3	96,1
Metropolitana	1,1	99,3
Noroeste Fluminense	0,9	79,2
Norte Fluminense	1,4	85,1
Serrana	1,0	83,2
Baixadas Litorâneas	4,1	85,9
Médio Paraíba	3	93
Centro-Sul Fluminense	1,1	83,1
Baía da Ilha Grande	9	86,3
	3,4	
	7	

Fonte: Extraído do IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Para efeitos de comparação, a região Noroeste Fluminense apresentou o mesmo grau de urbanização da região Sul do Brasil, puxada pelo Estado de Santa Catarina que foi também de 79%, segundo a mesma fonte (Censo 2000). Pode-se constatar que apesar do alto grau de urbanização, o Estado Fluminense é bastante heterogêneo em suas regiões.

Analisando a estrutura agrária e agrícola é possível perceber que a agricultura fluminense vem perdendo espaço ao longo dos anos. Em 2008 o setor primário representou a menor participação produtiva na composição do PIB estadual, cerca de 3%. Por outro lado a

¹ Para efeitos de comparação, a região Noroeste Fluminense apresentou o mesmo grau de urbanização da região Sul do Brasil, puxada pelo Estado de Santa Catarina que foi também de 79%, segundo a mesma fonte (Censo 2000).



principal atividade econômica do estado está ligada ao setor de serviços, comércio e a indústria. De acordo com Silva (2008), a atividade agropecuária no Rio de Janeiro não é expressiva em produção nem em área cultivada, pois o processo de modernização e mecanização agrícola, no Rio de Janeiro, não ocorreu como nos demais estados do país, e ainda ocorreu de forma diferenciada em suas regiões, como a região Serrana onde a modernização aconteceu de forma mais expressiva.

Nesse sentido, apesar da reduzida participação da agropecuária no PIB fluminense, especialmente se comparado com outros estados, não se pode negligenciar a idéia de que este setor não é importante para o Estado. Pelo contrário, existe no meio rural um número significativo de famílias e estabelecimentos agrícolas de suma importância pro Estado, quer do ponto de vista econômico, mas, sobretudo social, com a geração de emprego e renda.

A estrutura fundiária não é essencialmente baseada na grande propriedade e na grande produção, pelo contrário, a única atividade dessa natureza no Estado, a cana-de-açúcar, é a que apresenta os menores rendimentos. No meio rural predominam os pequenos estabelecimentos familiares, com área inferior a 10 ha, e poucos grandes estabelecimentos com área acima de 1000 ha. No entanto, há um pequeno número de estabelecimentos que concentra a metade da superfície agrícola do Estado.

Dados do último Censo Agropecuário (2006) mostram que os estabelecimentos agrícolas com área inferior a 10 ha representavam 59% do total do número dos estabelecimentos e apenas 5,5% da superfície agrícola; os que possuíam de 100 ha a menos de 1000 ha representavam 7% dos estabelecimentos e 50% da superfície; e por sua vez os acima de 1000 ha, 2,8% e 14%, respectivamente. Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 existiam 44.146 estabelecimentos definidos como agricultura familiar², o que representava 75% do total dos estabelecimentos, que ocupavam uma área de 470.221ha, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agrícolas no Estado.

A atividade agropecuária, em função das características da estrutura fundiária e topografia, utiliza apenas 25% da área total do Estado do Rio de Janeiro. Dessa área, 27% são ocupados com a horticultura e floricultura, lavouras temporárias e permanentes e a produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal. Aproximadamente 70% da área total correspondem às pastagens plantadas, restando apenas 3% para florestas plantadas e nativas, pesca e outras atividades.

O Estado apresenta ainda uma diversidade climática que possibilita uma produção agrícola bastante diversificada, desde culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, cereais (milho, feijão e arroz), ainda, pecuária de leite e pescado, até uma produção dinâmica em expansão como a olericultura, a fruticultura e a criação de pequenos animais (avicultura, suinocultura, entre outros).

A grande heterogeneidade das formas de produção está associada aos desequilíbrios regionais, por isso algumas regiões concentram uma produção mais dinâmica e tecnicamente modernizada como a Região Serrana; outras como o Noroeste Fluminense que combina ociosidade de terra com problemas de articulação na produção agrícola; o predomínio da pecuária extensiva no Vale do Paraíba; a região Norte Fluminense com a cana-de-açúcar e o

² A agricultura familiar é definida pela Lei 11.326. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.



petróleo; e ainda Baía de Ilha Grande, Baixada Litorânea e Fluminense com intensa especulação imobiliária e conflitos agrários.

Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 revelam que nesse período o uso de tratores e de insumos era relativamente baixo, bem como o uso de fertilizantes e pesticidas. Um estudo feito por Zampiroli (2009) com base nos Censos Agropecuários de 1970 à 1995/96 mostrou que durante esse período os melhores indicadores de modernização e índices brutos de desenvolvimento tecnológico estavam na região Serrana, em contrapartida os piores estavam nas regiões do Vale do Paraíba e Centro-Sul Fluminense. E a análise dos dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006, mostrou ainda que a região da Baía de Ilha Grande tem a agricultura mais atrasada.

Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura não foi igualmente distribuído pelo estado fluminense, refletindo a sua concentração nos pequenos e médios estabelecimentos e no setor olerícola, na região Serrana, enquanto a região da Baía da Ilha Grande, alvo de intensa especulação imobiliária, tem índices de modernização mais baixos.

Segundo Silva (2006), o potencial agrícola do Estado Fluminense não é utilizado e bem aproveitado como em outros estados brasileiros. A idéia de que a agricultura fluminense é incipiente e desarticulada é reforçada pelo baixo grau de integração deste setor com os demais. A produção agrícola está voltada basicamente para o abastecimento do mercado de produtos *in natura* e as indústrias agroalimentares (bebidas, alimentos, entre outras) são abastecidas em grande parte por outros estados brasileiros, e até mesmo por outros países.

Alguns autores como Teixeira (2000) atribuem essa desarticulação à atuação do setor público que favoreceu a diversidade desarticulada da agricultura e também o esvaziamento do interior e a alta concentração da Metrópole. Por sua vez, os programas e linhas de crédito, em sua maioria, assim como em todo o Brasil, só beneficiaram os médios e grandes produtores.

Recentemente a agropecuária fluminense vem apresentando sinais que potencializam a retomada de certo dinamismo, destaque para a olericultura nas regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste; fruticultura, no Norte, Noroeste e baixada Litorânea e a criação de pequenos e médios animais, particularmente avicultura de corte e suinocultura, nas regiões Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba, em contrapartida da urbanização desorganizada e a falta de ordenação política.

Observa-se no meio rural fluminense, assim como em outros estados brasileiros, a intensificação de atividades não-agrícolas em contrapartida à redução do emprego agrícola. Contudo, como vimos acima, isso não deve ser atribuído somente à modernização agrícola. Outros fatores como a escassez de créditos e subsídios à pequena produção também contribuem para a retração dessas atividades. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) de certa forma vem dando fôlego a agricultura familiar, mas por outro lado, os quesitos de acesso aos financiamentos deixam de fora muitas famílias pobres e de baixa renda.

Por outro lado, e, em parte decorrente desse processo, está em curso uma enorme descapitalização dos agricultores, o que os obriga a buscar novos tipos de ocupações que geram níveis de rendimento capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

Esse fenômeno de crescimento das atividades não-agrícolas, como visto anteriormente, têm feito com que muitas famílias passem a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de ampliar a renda familiar, bem como, da própria sobrevivência, uma vez que as atividades agrícolas não conseguem absorver parte da mão-de-obra da família.

Os estudos sobre a pluriatividade no estado do Rio de Janeiro são relativamente recentes e, de forma geral, bem restritos. Em sua maioria são estudos de caso, que priorizaram



a região Serrana e assentamentos rurais e se concentram na década de 1990. De forma bastante sucinta apresentaremos os principais trabalhos sobre o tema.

Castro (1995) estudando dois assentamentos da reforma agrária no Rio de Janeiro observou que no assentamento mais próximo do centro urbano quase toda a família exercia atividades não-agrícolas complementares às culturas agrícolas do assentamento. Havia inclusive uma divisão interna nessas atividades quanto ao gênero: ao homem cabia o trabalho urbano e à mulher cabia a lavoura e os cuidados do lar. A autora constatou ainda que, a trajetória urbano-rural desses assentados pautava-se na busca de uma vida mais tranqüila, solução para moradia e menor custo de vida. Tal combinação de atividades (agrícolas e não-agrícolas) vinha causando uma série de complicações desses assentados junto aos órgãos financiadores, inclusive junto às lideranças do Movimento Sem Terra (MST) que viam as estratégias pluriativas como limitadores do sucesso do assentamento.

Teixeira (1996), ao estudar as regiões de Lumiar e São Pedro da Aldeia, em Nova Friburgo, considera que as condições internas e externas de inserção da agricultura familiar são de certa forma incentivo ao êxodo rural, mas também à pluriatividade. Os fatores internos seriam a dificuldade de manutenção financeira da família e a partilha por herança. Já os fatores externos compreendem desde a valorização das terras pela especulação imobiliária, em sua maioria ligada à atividade de turismo, passando por gargalos na comercialização e os baixos preços dos produtos agrícolas, até a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. A pluriatividade nessas regiões acontecia com os próprios agricultores combinando atividades de comércio – bares, restaurantes e pousadas – e serviço - caseiro, pedreiro, ajudante de pedreiro, e serviços domésticos como lavadeiras e faxineiras – ou parte da família, como filhos e cônjuges³. Em linhas gerais, a autora considerou a pluriatividade como uma alternativa à reprodução familiar, permitindo a preservação do patrimônio familiar e a manutenção da atividade agrícola.

Outro estudo foi realizado por Alentejano (1997) em dois assentamentos rurais: Fazenda da Conquista, localizado em Valença no sul do estado, e Vitória da União, localizado em Paracambi na Baixada Fluminense. O estudo analisa a problemática da reforma agrária e utiliza a noção de pluriatividade para avaliar o desempenho dos assentamentos rurais. O autor conclui que a pluriatividade de forma geral garante a obtenção de rendas que compensam a insuficiência de renda auferida na produção agrícola. Outra conclusão importante é quanto à participação das rendas proveniente de aposentadorias e pensões. O território fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização o que tem provocado profundas transformações sócioespaciais, dentre elas, ganham destaque as atividades associadas ao turismo rural. Constata-se a intensificação de hotéis fazenda, *spas*, pousadas, e casas de segunda residência. Segundo Alentejano (1997), o que se verifica é um:

“(…) processo de multiplicação da pluriatividade entre os pequenos agricultores fluminenses. Premiados pela crise, expostos cada vez mais a ruralização e pressionados pela valorização crescente de suas terras pela expansão do turismo, muitas famílias de pequenos agricultores da região transformam-se em pluriativas, combinando a renda obtida na própria propriedade com outras atividades desenvolvidas fora desta (principalmente ligados à prestação de serviços e ao turismo)” (ALENTEJANO, 1997, p.19).

Já Ribeiro e Marafon (2000) estudaram a agricultura familiar nas diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro. Segundo os autores a agricultura familiar tem como principal estratégia de sobrevivência, a combinação de empregos agrícolas e não-agrícolas, e destacam o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo na região fluminense. A

³ Apud Alentejano (1997).



proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém, esse processo ocorre de forma bastante concentrada nas áreas dos eixos de urbanização e próximo à região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nas áreas mais distantes, segundo eles, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Para os autores fica um questionamento que merece ser melhor estudado: até que ponto as atividades do turismo rural de um lado, beneficiam os produtores familiares com a oferta de empregos não-agrícolas, e de outro, indica o surgimento de um mercado de trabalho frágil e de exploração dos produtores?

Outro eixo de urbanização estudado é o que ocorre no “topo da serra” e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam a mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção, e acabam tendo uma baixa remuneração pela suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz produtos, como orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

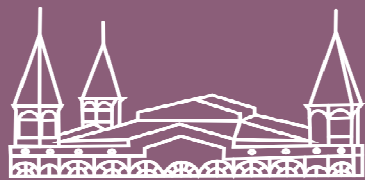
O território que engloba as regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da região Metropolitana do Rio de Janeiro, além da atividade cafeeira. Contudo, os produtores familiares também buscam sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da região metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, que tem proporcionado empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas (MARAFON, 2007).

Estudando o distrito de São Pedro da Serra em Nova Friburgo, Pereira (2009) ao tratar das atividades do turismo e da produção agrícola, evidencia que a atividade turística atribuiu novos usos a esse espaço, transformando assim a atividade agrícola. Na concepção da autora, as atividades não-agrícolas ligadas especialmente ao turismo vêm exercendo um papel de descaracterização das famílias agrícolas, desintegrando-as e liberando-as de suas atividades primeiras, em busca de melhores rendas.

O trabalho de Teixeira (2000) que fez parte do Projeto Rurbano⁴, analisou as ocupações das pessoas e das famílias residentes no meio rural do estado fluminense no período 1992 a 1997. Foi constatado que as pessoas e as famílias rurais estão encontrando novas ocupações não-agrícolas como alternativa à diminuição do emprego agrícola. Isso faz

⁴ Uma série de trabalhos foi gerada no âmbito do Projeto Rurbano do Instituto de Economia da UNICAMP, na sua totalidade tratando das ocupações rurais entre os anos de 1992 a 1995, para vários estados brasileiros, inclusive este de Teixeira (2000) para o Rio de Janeiro.



com que o meio rural no estado se torne cada vez menos agrícola, refletindo de certa forma o fenômeno nacional.

A autora constatou ainda que a baixa competitividade dos produtores do estado, que em função de vários fatores (inexistência de crédito, condições geográficas desfavoráveis, baixa tecnificação, ausência de políticas) não tem conseguido se manter com a produção agropecuária. Os mesmos são levados a buscarem diversas estratégias para sobreviver, entre elas, destacam-se:

- “A migração pendular ou temporária de alguns membros da família para trabalhos na cidade, sobretudo de caráter informal e que exigem baixo nível de qualificação, e escolaridade, tais como: serviços domésticos, pedreiros, ajudantes de pedreiros, forneiros em olarias, ambulantes, entre outros;
- A venda da propriedade para pessoas da cidade (neo-rurais) que passam a explorá-la de maneira tanto produtiva, com o cultivo de produtos orgânicos e criação de pequenos animais voltados pra nichos de mercados, como não-produtiva, através do lazer e da exploração turística;
- A prestação de serviços para esses neo-rurais, como caseiros, jardineiros, empregadas domésticas, entre outras;
- A combinação da atividade agrícola com não-agrícola na própria localidade, em função do aumento do setor de serviços e infraestrutura no meio rural.” (TEIXEIRA, 2000, p. 144)

No entanto, os autores chamam a atenção para o fato de que mesmo o crescimento das atividades não-agrícolas sendo a dinâmica mais recente do meio rural brasileiro e fluminense, a agricultura ainda é responsável pela manutenção de uma parte considerável da população rural em termos regionais e nacionais. Em 1997, 75% das famílias eram exclusivamente agrícolas e pluriativas, e no Rio de Janeiro esse percentual era de 47%.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em consonância com a literatura internacional, vários autores brasileiros também defendem que a unidade de análise da pluriatividade deve ser a família, e não a unidade de produção. Especialmente na análise de uma categoria tão relevante no meio rural brasileiro, que é a agricultura familiar.

Nesse sentido os dados demográficos são os utilizados para se estudar a pluriatividade. Especialmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), têm sido bastante utilizada nos trabalhos disponíveis sobre o tema, sobretudo pela periodicidade anual das informações.

No entanto, os dois conceitos (família e domicílio) têm algumas limitações: a família porque considera apenas a unidade nuclear, o que separa, em muitos casos, grupos que vivem sob um mesmo teto e que têm dependência econômica entre si; os domicílios porque, às vezes, juntam famílias nucleares economicamente independentes simplesmente porque não possuem uma entrada privativa para seus aposentos. O resultado é que num domicílio pode ser encontrado mais de uma família. Deste modo, tanto as famílias como os domicílios, da forma como são definidos pelo IBGE, não são conceitos inteiramente adequados para se avaliar a pluriatividade no meio rural brasileiro.

Del Grossi & Graziano da Silva (1998), construíram uma tipologia que separa as famílias por situação de domicílio e por posição na ocupação da pessoa de referência no domicílio. Para tanto, definiram como unidade de análise os domicílios particulares



permanentes, excluindo-se dentre seus membros os pensionistas, as empregadas domésticas e os parentes destas. Deste modo, a unidade utilizada se aproxima do que poderia se chamar de família extensa, pois inclui, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados.

Os autores advertem que a exclusão desses membros do domicílio ocorre somente para a construção da unidade de análise com a qual vai se medir a pluriatividade das famílias, ou seja, na combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, principal ou secundárias. “Após a caracterização da ”família extensa”, estes membros voltam a análise, já que muitas vezes a família só consegue ser pluriativa com a ajuda da empregada doméstica nos afazeres do domicílio” (DEL GROSSI E GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.187).

É relevante considerar que as ocupações rurais não-agrícolas estão relacionadas a pluriatividade quando pelo menos um dos membros da família rural está ocupado na agricultura. Se todos os membros ocupados de uma família rural possuem ocupações rurais exclusivamente agrícolas ou não-agrícolas, então não se pode falar em pluriatividade.

Nesse sentido, têm-se uma classificação das famílias no meio rural, qual seja, família agrícola, quando todos os membros estiverem ocupados em atividades agrícolas; famílias pluriativas, quando pelo menos um membro estiver ocupado em atividade não-agrícola e os demais em atividades agrícolas, e vice versa; e as famílias não-agrícolas, quando todos os membros estiverem ocupados em atividades não-agrícolas.

Portanto, escolher a unidade familiar ou o domicílio, como unidade de observação, e não o estabelecimento agrícola “revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações no meio rural brasileiro onde o aumento das atividades não-agrícolas, articuladas ou não à agricultura, exige um maior grau de complexidade da análise”. (Carneiro, 2000, p.131).

Como o percentual de domicílios no meio rural fluminense que abrigam mais de uma família é inferior a 0,02%, por esse motivo nesse estudo utilizaremos como unidade de análise o domicílio, que em última instância representa as famílias aí residentes.

Os domicílios foram classificados segundo o tipo de ocupação e foram considerados somente os domicílios particulares permanentes, excluindo os demais, como os domicílios improvisados e coletivos. São eles: domicílios agrícolas, domicílios pluriativos, domicílios não-agrícolas e domicílios desocupados.

Domicílio agrícola

Foi considerado como *domicílio agrícola* aquele onde todos os residentes economicamente ativos estavam ocupados em atividades agrícolas na semana de referência da pesquisa, considerando-se tanto as ocupações principais quanto as secundárias declaradas por seus membros.

Domicílio pluriativo

Foram definidos como *pluriativos* os domicílios em que pelo menos um dos residentes declarou exercer sua ocupação principal ou secundária em atividades não-agrícolas (indústria, comércio, serviços ou outro), na semana de referência da pesquisa. Note-se que a pluriatividade foi tratada como um atributo do domicílio, e não das pessoas individualmente.

Domicílio não-agrícola

Foi considerado como *domicílio não-agrícola* o domicílio particular permanente em que as pessoas do domicílio estavam ocupadas apenas em atividades não-agrícolas na semana de referência de pesquisa, considerando-se tanto as ocupações principais quanto as secundárias declaradas por seus membros.

Domicílio desocupado



Foi considerado como *domicílio desocupado* o domicílio particular permanente em que todas as pessoas residentes se declararam não-ocupadas na semana de referência da pesquisa.

3. EVOLUÇÃO DOS DOMICÍLIOS RURAIS

Pela tabela 2 pode ser observada a evolução da amostra dos domicílios e das pessoas residentes nestes domicílios para os anos de 2004 e 2008. Conforme já visto os domicílios foram classificados em quatro tipos: agrícolas, pluriativos, não-agrícolas e desocupados. Considerando apenas quem mora em domicílios particulares permanentes e cuja condição no domicílio é de pessoa de referência, cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, a metodologia empregada, ou seja, a estimativa obtida por meio do fator de expansão, mostra uma população rural no estado fluminense em 2004 de 472 mil pessoas e 514 mil em 2008 e o número de domicílios rurais de 141 mil em 2004 e 171 mil em 2008.

Tabela 2 - Evolução dos domicílios rurais e das pessoas após o uso cumulativo das restrições¹. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Tipos de Domicílios	2004		2008	
	nº domicílios	nº pessoas	nº domicílios	nº pessoas
Total de Domicílios	141.004 [299]	471.973 [1.009]	171.676 [338]	514.324 [1.018]
Domicílios Agrícolas	33.698 [73]	111.400 [242]	40.724 [81]	114.466 [229]
Domicílios Pluriativos	14.938 [32]	64.972 [141]	14.412 [28]	57.725 [114]
Domicílios Não-Agrícolas	75.311 [160]	260.143 [555]	88.501 [174]	289.777 [572]
Domicílios Desocupados	17.057 [34]	35.458 [71]	28.039 [55]	52.356 [103]

Fonte: Elaboração do autor com base nas PNADs de 2004 e 2008.

¹ Os valores entre colchetes se referem ao tamanho da amostra. Os demais representam a estimativa da população, obtida por meio do fator de expansão para o Estado do Rio de Janeiro.

Como pode ser observado na tabela 2 os domicílios com maior participação no meio rural fluminense são os não-agrícolas, totalizando cerca de 75 mil domicílios em 2004 e 89 mil em 2008. Os domicílios não-agrícolas não apresentaram mudança significativa, saindo de 53% em 2004 para 52% em 2008 no total dos domicílios. Os domicílios agrícolas aparecem em segundo lugar, e apresentaram crescimento, saindo de 34 mil em 2004 para 41 mil domicílios em 2008. Já os domicílios pluriativos apresentaram queda e passaram de aproximadamente 14,9 mil para 14,4 mil domicílios.

Observando o gráfico 1, vê-se que os domicílios pluriativos, foco da análise do nosso estudo, perdeu participação relativa, caindo de 11% para 8% no total dos domicílios. Por outro lado, os domicílios desocupados, ou seja, onde só existiam pessoas aposentadas ou pensionistas, ou ainda que não estavam procurando emprego, em 2004 eram 17 mil domicílios e em 2008, 28 mil. A participação no total dos domicílios cresceu de 12% para 16%. Os domicílios agrícolas e não-agrícolas praticamente não perderam participação relativa.

4. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS DOS DOMICÍLIOS



Para subsidiar nossa análise, esta seção apresenta algumas características gerais dos domicílios rurais fluminense, tais como: a distribuição do tipo de famílias residentes; a condição dos residentes; o número de residentes; o número de pessoas ativas; a escolaridade dos residentes e por fim, o nível de vida dos domicílios.

Na tabela 3 temos a distribuição dos domicílios segundo o tipo de famílias residentes e sua evolução no meio rural fluminense. A primeira constatação é o aumento em todos os domicílios, especialmente no pluriativos e não-agrícolas, do tipo de família 'casal sem filhos'. Esse tipo de família compreende os casais que ainda não tiveram filhos, mas também os casais cujos filhos já não moram no mesmo domicílio. O estudo de diversos autores como Mattei (1999) e Schneider (2007), concluem que os filhos já não moram com os pais no meio rural exatamente porque buscam oportunidades de emprego e estudo nas cidades.

Por outro lado, o menor crescimento desse tipo de família foi nos domicílios agrícolas e o maior ocorreu nos domicílios desocupados, o que já era esperado. Isso significa que considerando a agricultura familiar que tem por base a mão-de-obra de seus membros, essa tendência parece cada vez mais diluída. E no caso dos domicílios desocupados também, onde a predominância é de pessoas inativas, aposentadas e/ou pensionistas.

Já o comportamento das famílias com filhos, sejam menores ou maiores de 14 anos, apresentou queda nos anos analisados em todos os tipos de domicílios, exceto no pluriativo, onde o número de casais com todos os filhos de 14 anos ou mais, cresceu de 31,3% para 42,4%. Considerando as características da família pluriativa, esse dado sustenta a ocupação de parte dos membros em atividades não-agrícolas.

Tabela 3 - Distribuição dos domicílios rurais segundo o tipo de famílias residentes. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Tipos de Famílias	Agrícola		Pluriativa		Não-agrícola		Desocupadas	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Casal sem filhos	20,5	22,3	10,4	15,6	15,7	20,6	22,2	34,7
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	27,9	27,6	27,0	10,2	34,6	29,5	6,4	0,0
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	17,9	12,7	31,3	42,7	14,8	13,4	5,3	7,0
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	9,9	8,4	21,0	13,5	10,1	10,1	0,0	0,0
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	1,3	1,2	0,0	0,0	2,7	0,6	5,3	3,5
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	5,3	1,2	4,4	11,2	7,1	12,5	14,3	7,0
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	0,0	0,0	0,0	3,4	2,9	1,1	6,4	0,0
Outros tipos de família	17,2	26,6	6,0	3,4	12,1	12,3	40,1	47,9

Fonte: Elaboração do autor.

A tabela 4 mostra a distribuição percentual dos moradores ocupados nos domicílios segundo as atividades agrícolas e não-agrícolas. Os dados mostram ainda o comportamento dessas variáveis nos anos de 2004 e 2008. É possível observar que mais de 60% dos chefes estavam ocupados em atividades não-agrícolas nos dois anos observados. Esse percentual é o mesmo quando se analisa o chefe por gênero masculino, e é ainda maior no gênero feminino, 83% em 2004 e 94% em 2008.



Na condição de cônjuge, o comportamento é semelhante ao do chefe. Mas, na análise do gênero, os homens estão em grande maioria na agricultura, representando 67% em 2004 contra 15% em 2008. Já as mulheres, em sua maioria, estavam ocupadas nas atividades não-agrícolas e em 2008 já eram 80%. Na condição de cônjuge eram 69% em 2004 e também aumentaram para 75% em 2008, o que já era esperado.

Outra categoria importante são os filhos, que tradicionalmente também ajudam na agricultura familiar como mão de obra sem remuneração. Em 2004 e 2008 essa categoria representava 28% na agricultura e 72% em atividades não agrícolas. Por gênero, 33% dos filhos homens estavam na agricultura e 15% das filhas, o que também já era esperado.

Esses dados mostram que a participação da família nas atividades não-agrícolas é bastante alta, especialmente na categoria de chefes, tradicionalmente ocupados na agricultura, ajudados pelos cônjuges e juntamente com a mão-de-obra dos filhos.

Tabela 4 - Distribuição dos residentes ocupados por condição na unidade domiciliar e segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

Condição no Domicílio	2004		2008	
	Agrícolas	Não-agrícolas	Agrícolas	Não-agrícolas
Total	0,33	0,67	0,32	0,68
Chefes	0,37	0,63	0,38	0,62
Cônjuges	0,32	0,68	0,23	0,77
Filhos	0,28	0,72	0,28	0,72
Parentes	0,20	0,80	0,34	0,66
Agregados	0,50	0,50	1,00	0,00
Homens	0,38	0,62	0,38	0,62
Chefes	0,40	0,60	0,43	0,57
Cônjuges	0,67	0,33	0,15	0,85
Filhos	0,36	0,64	0,33	0,67
Parentes	0,18	0,82	0,30	0,70
Agregados	0,50	0,50	1,00	0,00
Mulheres	0,25	0,75	0,20	0,80
Chefes	0,17	0,83	0,06	0,94
Cônjuges	0,31	0,69	0,25	0,75
Filhos	0,09	0,91	0,15	0,85
Parentes	0,25	0,75	0,39	0,61
Agregados	0,00	0,00	0	0,00

Fonte: Elaboração do autor.

Nas tabelas 5 e 6 tem-se a disponibilidade de força de trabalho que será analisada aqui por dois indicadores: o número de residentes e o número de pessoas ativas nos domicílios. Conforme a tabela 5 são percebidas algumas diferenças quanto ao número de residentes quando comparados os domicílios. Os domicílios com maior número de residentes em 2008 concentram-se nos pluriativos, 48,5% com '5 ou mais residentes'. Além dos pluriativos não apresentarem domicílios com somente 'um membro', apresentam a maior média de residentes nos dois anos da análise, 4,3 residentes em 2004 e 4,0 residentes em 2008.

A força de trabalho das famílias é uma característica chave para entender os processos sociais em que aparece a pluriatividade. As famílias mais numerosas precisam empregar membros em atividades fora da agricultura, pois esses seriam força de trabalho ociosa na propriedade. Aqui, fica demonstrado que, no meio rural fluminense, semelhante ao que vem ocorrendo em outros estados brasileiros, a agricultura não tem conseguido absorver a força de



trabalho disponível, e segundo, as pessoas ocupadas que continuam residentes no meio rural, estão ocupadas em atividades não-agrícolas, pois o mercado de trabalho possibilita essa estratégia, quer seja no próprio meio rural ou nas cidades, quando próximas.

Tabela 5 - Distribuição dos domicílios rurais segundo o número de residentes. Rio de janeiro, 2004 e 2008.

Domicílio	1 residente		2 residentes		3 a 4 residentes		5 + residentes		número médio	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	12,6	18,7	19,2	26,3	45,1	43,0	23,2	12,0	3,3	2,8
Pluriativo	0,0	0,0	13,4	16,6	47,7	34,9	38,9	48,5	4,3	4,0
Não-Agrícola	8,9	7,3	16,5	28,9	52,6	48,1	22,0	15,6	3,5	3,3
Desocupado	28,4	38,2	50,8	43,9	14,3	17,9	6,4	0,0	2,1	1,9

Fonte: Elaboração do autor.

Quando se observa os domicílios agrícolas, podemos perceber que os domicílios com o menor número de residentes crescem na comparação entre 2004 e 2008 (1 e 2 residentes) e decrescem nos domicílios com maior número de residentes (3 a 4 e 5 ou mais residentes). Esse comportamento evidencia que os residentes dos domicílios agrícolas estão diminuindo, fenômeno que sugere o êxodo de parte da família para as cidades. A mesma análise é feita com os domicílios não-agrícolas. Já os desocupados apresentam maior concentração nos domicílios com 2 residentes, reforçando a constatação da presença dos inativos, aposentados e/ou pensionistas.

A tabela 6 mostra a distribuição dos domicílios segundo o número de pessoas ativas. Esse indicador sugere a observação do número de pessoas disponíveis como força de trabalho.

Tabela 6 - Distribuição dos domicílios rurais segundo o número de pessoas ativas ocupadas. Rio de janeiro, 2004 e 2008. (Em %)

Domicílio	1 residente		2 residentes		3 a 4 residentes		5 + residentes		Número médio	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	12,6	18,7	37,8	43,0	41,7	33,5	8,0	4,8	2,7	2,4
Pluriativo	0,0	0,0	25,4	20,0	44,7	55,2	30,0	24,7	3,8	3,6
Não-Agrícola	10,9	7,9	33,7	42,7	47,4	41,6	8,0	7,9	2,8	2,8
Desocupado	33,7	41,6	52,0	44,4	14,3	13,9	0,0	0,0	0,8	0,8

Fonte: Elaboração do autor.

Considerando o número de pessoas ativas nos domicílios temos que os pluriativos são os que apresentaram o maior número médio de pessoas ativas nos dois anos comparados, 2004 e 2008.

Para o estado como um todo se verificou uma tendência de queda no número de pessoas ativas. Essa tendência pode ser explicada pelo comportamento apresentado em todos os domicílios, nas quais se observam comportamento significativo de declínio do número de pessoas ativas especialmente no grupo dos domicílios agrícolas e pluriativos, ainda mais intenso do que na tabela 4. Além disso, só houve crescimento significativo do número de pessoas ativas nos domicílios não-agrícolas.

A tendência de redução geral do número médio de pessoas ocupadas nos domicílios rurais especialmente agrícolas e pluriativos é um fato que chama atenção. A expectativa era de encontrar um número crescente de pessoas ocupadas nos domicílios, em razão da maior presença feminina na força-de-trabalho não-agrícola (emprego doméstico). A explicação para esse fenômeno pode ser devida à forte redução do emprego agrícola nos anos 1990, aliada à crise dos mercados de trabalho agrícola e não-agrícola, que fizeram com que as oportunidades



de inserção da "força de trabalho secundária" da família diminuíssem, não permitindo outra opção para as mulheres, para os idosos e para as crianças senão a ocupação nas atividades de autoconsumo no meio rural. Isso foi constatado nos capítulos anteriores com o aumento de pessoas empregadas em atividades de autoconsumo e também o aumento dos domicílios desocupados.

Cabe ainda outras explicações para esse comportamento que pode estar relacionadas aos seguintes fatores: diminuição das taxas de natalidade no meio rural, tornando as famílias menos numerosas; aumento do envelhecimento da população rural, fato que já pode ser observado no comportamento da pirâmide etária do Estado; aumento das pensões e das aposentadorias no meio rural, principalmente após a regulamentação da lei previdenciária no início dos 1990; ampliação das demandas por mão-de-obra mais qualificada, devido a proximidade com a cidade e até mesmo a presença de indústrias no campo.

Nesse sentido, a escolaridade é um indicador importante para o tipo de ocupação e emprego das pessoas e isso foi constatado no capítulo dois. Em outras palavras o tipo de ocupação e a escolaridade dos membros dos domicílios também estão relacionados. A escolaridade dos membros pertencentes aos domicílios agrícolas tende a ser menor, enquanto os membros dos domicílios pluriativos e não-agrícolas apresentam escolaridade relativamente mais alta. Ocorre que, para se poder obter ocupações não-agrícolas, é necessário ter um mínimo de qualificação formal (escolaridade), fato que ocorre com menos frequência no setor agrícola em geral.

A tabela 6 traz a distribuição da escolaridade nos domicílios e o critério de distribuição foi o de maior escolaridade apresentada entre os residentes no domicílio. Ou seja, se um domicílio tem três pessoas, duas com 3 anos de estudo, e uma com 4 anos, esse domicílio foi classificado como '4 anos de escolaridade'. No geral, a escolaridade das pessoas residentes no diferentes tipos de domicílios apresenta grande disparidade, conforme pode ser observado na tabela 6.

Observando a tabela 7, percebe-se que mais de 60 % dos domicílios agrícolas possuíam escolaridade inferior a um ano ou com no máximo três anos de estudo em 2004. A escolaridade máxima em 2004 foi de 8 anos, compreendendo 6,6% destes domicílios. Em 2008, nota-se um aumento da escolaridade. Os domicílios com menos de um ano até três anos de escolaridade representavam 29%, e não mais 60,9% como em 2004. Em 2008, também os domicílios com mais de 8 anos já eram 21,9%.

Analisando os domicílios pluriativos os anos de estudo crescem ainda mais rapidamente. O grupo com menos de um ano e até três anos de escolaridade que representavam 58,3% dos domicílios caiu para 6,8%. Se em 2004 não existia nos domicílios pluriativos residentes com nove anos ou mais de estudo, esse grupo, em 2008, já representava 65,1% desses domicílios.

Já nos domicílios não-agrícolas e desocupados, apresentaram, em 2004, 32,2% e 63,7% dos domicílios, respectivamente, com escolaridade inferior ou até três anos de estudo. Em 2008, também seguiram a tendência de elevação da escolaridade, ficando com 7,5% e 47,4% pelo menos com algum membro com curso superior, enquanto nos domicílios agrícolas esse percentual era igual a zero.

Tabela 7 - Distribuição dos domicílios rurais segundo a escolaridade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Domicílios	Escol. Média		< 1 ano		1 a 3 anos		4 anos		5 a 7 anos	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	4,2	4,7	25,7	14,7	35,1	14,3	24,5	13,5	8,0	22,3
Pluriativo	4,4	6,4	19,4	3,4	39,0	3,4	26,7	0,0	9,0	14,6



Não-Agrícola	5,8	6,5	16,3	0,0	15,9	7,5	18,4	14,3	18,6	11,7
Desocupado	4,4	4,9	28,9	18,5	34,8	28,9	14,3	15,7	0,0	15,0
Continuação										
	8 anos		9 a 10 anos		11 anos		≥ 12 anos			
Atividade	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	6,6	13,2	0,0	2,4	0,0	15,9	0,0	3,6		
Pluriativo	6,0	13,6	0,0	21,3	0,0	29,1	0,0	14,6		
Não-Agrícola	17,1	11,8	2,4	10,1	6,5	22,0	4,7	22,6		
Desocupado	9,1	3,5	2,6	1,7	7,6	8,7	2,6	8,0		

Fonte: Elaboração do autor.

Analisando a escolaridade média, que foi obtida com a soma de todos os anos dividida pelo número de residentes, na tabela 6, observa-se que os domicílios não-agrícolas apresentaram maior escolaridade média, 5,8 anos em 2004 e 6,5 anos em 2008. Todos os domicílios apresentaram crescimento nos anos de escolaridade média. Destaca-se os domicílios pluriativos que em 2008 apresentou dois anos a mais de estudo na média em relação à 2004, de 4,4 anos passou para 6,4 anos, o que o elevou praticamente à mesma faixa de escolaridade média dos domicílios não-agrícolas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados revelam que a pluriatividade no meio rural fluminense tende a crescer e está cada vez mais associada às atividades não-agrícolas, o que pode levar a transformação dos domicílios pluriativos em domicílios não-agrícolas no médio e longo prazo.

Quanto ao número médio de residentes por domicílio, comparativamente, verificou-se que as famílias pluriativas são maiores e apresentando um número expressivo de membros, ao passo que as famílias exclusivamente agrícolas no geral são menos numerosas. Tal característica reveste-se de uma importância fundamental à dinâmica de funcionamento destas unidades e à adoção de estratégias de inserção profissional e produtivas, pois um número pequeno de membros dificulta e impede a busca de trabalhos complementares.

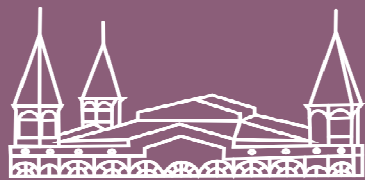
Quanto aos anos de estudo, os domicílios que apresentaram maior escolaridade foram os não agrícolas, seguidos pelos pluriativos, desocupados e agrícolas. Ressaltando que em 2004 não existiam pessoas nos domicílios pluriativos com mais de 8 anos de estudo, sendo que em 2008, esse grupo já representava 65%.

Este conjunto de características nos sugere que a incidência da pluriatividade no Estado do Rio de Janeiro está relacionada às estruturas internas das famílias e também ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão ou não da pluriatividade.

Nesse sentido, considerando a diversidade do estado fluminense em relação às suas microrregiões, estudos de casos e até mesmo trabalhos com dados mais desagregados se mostram necessários para um melhor entendimento e qualificação da pluriatividade, bem como a formulação de políticas públicas e privadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (1992) Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo – SP. ANPOCS/HUCITEC.
- ALENTEJANO, P. R. R. (1997) Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Tese (Mestrado em



- Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Rio de Janeiro-RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA, 188p.
- CASTRO, E.G. (1995) Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, RJ, 224p. (Mestrado em Sociologia).
- DEL GROSSI, M.E.E e GRAZIANO DA SILVA, J. (1999) Evolução das rendas nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. São Paulo: ANPEC.
- GOMES DA SILVA, A. (1998). Atividades não-agrícolas no rural potiguar: uma “nova” opção de emprego no campo. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 603-616.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Evolução do emprego rural e agrícola. Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER. Brasília – DF. V.2, p.1437-1459, 1995.
- _____. O Novo Rural Brasileiro. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisa 1)
- GRAZIANO DA SILVA, J.; Marc, J.; Bianchini, V. (2001) O Brasil Rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. [Ministério do Desenvolvimento Agrário]
- IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios – PNAD: Microdados e Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.
- MARAFON, G. J. (2006) Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, 1(1): 17-40.
- RIBEIRO, M. A. (2002) Considerações sobre o espaço rural fluminense: estrutura e transformações. In Marafon, G. J., Ribeiro, M. F. (orgs.) Estudos de Geografia Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, p. 13-26
- SARACENO, E. (1996) O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. Programa de Seminários sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Roma, 1996. [tradução do original italiano por Ângela kageyama, do Instituto de Economia da Unicamp]
- SCHNEIDER, S. (1996) Agricultura Familiar e Pluriatividade: as controvérsias do debate. In: XVIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA. Campina Grande,
- _____. (2003) A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS.
- ZAMPIROLI, P.D. (2009). Características do processo de modernização agrícola do Estado do Rio de Janeiro, 1970 a 2006. Tese de Doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense.